



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

1) Aponte a alternativa que está em desacordo com o texto do Código Penal.

- a) não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto os decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

RESPOSTA: C

Comentários: a alternativa A prevê que somente uma Lei Federal, aprovada pelo Congresso Nacional, pode criar crimes e prever penas. Tal lei deve existir antes do fato praticado. Tal fenômeno é denominado *PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL*. Tal previsão é uma proteção dos cidadãos contra o arbítrio estatal. Tal princípio foi repetido pela nossa Constituição Federal, no artigo 5º, XXXIX. Pois o Código Penal é de 1940 e a nossa Constituição é de 1988.

A alternativa B trata da hipótese de uma lei deixar de considerar um fato criminoso, hipótese esta que beneficia o autor do crime. Tal hipótese “apaga” o crime em si e todos os seus efeitos, por exemplo, o cumprimento da pena ou a indenização.

A alternativa C prevê que uma lei posterior ao cometimento do crime pelo agente, de qualquer forma o favoreça, trará efeitos pretéritos, ou seja, retroagirá, inclusive atingindo os casos já decididos por sentença em que não caiba mais recurso.

A alternativa D trata da ultratividade da lei penal, ou seja, da hipótese de uma lei em que não esteja mais em vigor surtir efeitos futuros. São os casos de leis elaboradas para vigorar em situações excepcionais, como por exemplo, em caso de guerra ou conflitos civis internos e, nos casos de leis elaboradas para vigorarem em certo período de tempo, como por exemplo, durante a Copa do Mundo. Nestes casos, apesar destas leis não vigorarem mais, ao fato praticado durante a sua vigência, serão aplicadas. É uma exceção a retroatividade da lei mais benéfica. Pois, nestas situações, os motivos pelos quais foram elaboradas tais leis são especiais, e, a prática de crimes nestes períodos devem ser punidos com base nestas leis. Por exemplo, durante uma grave crise financeira, o governo decide punir com mais rigor, quem aumenta os preços de determinados alimentos, quem infringe tal lei deve ser punido com base nesta lei, ainda que após cessada tal crise, tal norma penal deixe de existir.

2) Ainda de acordo com o texto do Código Penal, aponte a correta.

- a) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) aplica-se a lei brasileira sem exceções ao crime cometido no território nacional.
- c) para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras publicas somente, onde quer que se encontrem.
- d) é também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade pública ou privada, achando-se em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente ou em porto ou mar territorial do Brasil.

RESPOSTA: A.

Comentários: a alternativa A trata-se do tempo do cometimento do crime, onde foi adotada a teoria da atividade, pois é considerado praticado o crime no momento da sua conduta, pouco importando o momento da ocorrência do resultado. Tal discussão é muito importante quando, por exemplo, um crime é praticado por menores de dezoito anos e, o resultado somente acontece quando o autor completa a maioridade. Por exemplo, um menor com dezessete anos e onze meses e vinte e oito dias efetua disparos de arma de fogo contra uma pessoa, e esta vem a falecer, em virtude dos disparos, cerca de um mês depois. Neste caso o infrator, no momento dos disparos, é considerado imputável, ou seja, não pode ser processado por tal crime, mesmo que a morte se verifique após ter completado dezoito anos.

A alternativa B trata da territorialidade, ou seja, em que local será aplicada a lei penal brasileira, neste caso aos crimes praticados no Brasil, em regra, serão aplicados a lei brasileira, exceto quando há previsão em regras de direito internacional, onde, nestas hipóteses, aos crimes praticados no Brasil serão aplicadas leis internacionais.

A alternativa C trata das hipóteses onde a lei considera como extensão do território do Brasil. Tais hipóteses são as embarcações (navios, iates, Jet ski, lanchas, etc) de natureza pública (das forças armadas, das polícias, ou seja, de órgãos estatais) ou particulares que estejam a serviço do Governo Brasileiro (podem estar a serviço do Governo Federal, Estadual ou Municipal). Nestes casos não importa o local onde se encontrem, mesmo que estejam em espaço de outros países. A lei também considera como extensão do território nacional as aeronaves e embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada que se encontrem, no espaço aéreo ou em águas correspondentes ao alto mar. Local que não pertence a nenhum país !.

A alternativa D também equipara como extensão do território nacional os crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada (somente estas) ou em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo nacional ou em porto ou mar territorial nacional.

3) De acordo com o texto do Código Penal, aponte a alternativa incorreta.

- a) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como se produziu ou deveria produzir o resultado.
- b) Embora cometidos no estrangeiro ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra vida, liberdade, honra ou patrimônio do Presidente da República.
- c) Embora cometidos no estrangeiro ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- d) Embora cometidos no estrangeiro ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

RESPOSTA: B

A alternativa A trata do lugar do crime, onde foi adotada a teoria da ubiqüidade, ou seja, o lugar do crime é o local onde o mesmo foi realizada a ação ou omissão ou o local onde foi produzido o resultado criminoso. Esta discussão é importante nos casos que o crime é iniciado em um país e o resultado ocorre em outro país.

A alternativa B trata do crime cometido contra o Presidente da República, onde apesar de ter sido cometido em outro país o agente é punido no Brasil se cometer contra a vida ou liberdade do Presidente da República e, não como constou na questão que incluiu os crimes contra a honra ou patrimônio, neste caso, o agente é punido no país onde foi cometido o crime.

A alternativa C mostra os interesses públicos em jogo, os quais são o patrimônio e a fé públicas.

A alternativa D trata do crime cometido contra os interesses da administração pública, por quem está a seu serviço e não por qualquer pessoa. Nesse caso, tanto os interesses da administração, quanto o seu agente são interesses nacionais, por isso a lei brasileira é aplicada nesses casos.

4) Sobre a extraterritorialidade da lei penal, ou seja, quando a lei penal brasileira é aplicada a crimes cometidos no exterior, segundo dispõe o artigo 7º, do Código Penal, aponte a assertiva correta.

- a) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou o agente for domiciliado no Brasil.
- b) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes cometidos praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, mesmo que aí sejam julgados.
- c) Nos crimes cometidos contra a vida ou liberdade do Presidente da República ou, contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Pública, ou contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço; ou de genocídio, quando o autor for brasileiro ou domiciliado no Brasil, o agente é punido segundo a lei brasileira, exceto quando absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes praticados por brasileiros se: entrar no território nacional, ser o fato punível também no país em que foi praticado, se o crime foi incluído entre aqueles que a lei brasileira autoriza a extradição, o agente tiver sido absolvido no estrangeiro ou mesmo que tenha ali cumprido a pena e, o agente não ter sido perdoado no estrangeiro.

RESPOSTA: A, pois está em acordo com o artigo 7º, I, d, do Código Penal.

A alternativa B é errada pois a lei ressalva que no caso em que o agente já tiver sido punido por tal crime não estará sujeito à lei brasileira.

A alternativa C é incorreta pois o agente é punido de acordo com as leis brasileiras mesmo quando absolvido ou condenado no estrangeiro.

A alternativa D é falsa pois o agente não é punido de acordo com as leis brasileiras se não tiver sido condenado ou em caso de condenação, tiver cumprido pena no estrangeiro.

5) De acordo com o Código Penal, assinale a incorreta.

- a) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- b) o dia do começo exclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- c) desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.
- d) as regras deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

RESPOSTA: B. Pois não está em acordo com o artigo 10 do Código Penal, pois se trata de prazo penal, e, como as normas penais prejudicam o interesse do agente, deve-se prejudicar o agente de forma mais gravosa possível, por isso os dias do início são incluídos na contagem do prazo.

DO CRIME

6) Aponte a assertiva incorreta de acordo o que está disposto no Código Penal.

- a) considera-se crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- b) considera-se crime tentado, quando iniciada a execução, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) salvo disposição em contrário, não se pune a tentativa.
- d) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

RESPOSTA: C, pois está em desconformidade com o artigo 14, parágrafo único do Código Penal. Sendo que a lei pune com a tentativa com a redução da pena do crime reduzida de um a dois terços.

A alternativa D dispõe sobre a desistência voluntária e do arrependimento eficaz, que são os institutos nos quais o autor desiste de prosseguir na execução do crime, de forma voluntária, no primeiro deles o autor desiste na fase da execução, simplesmente cessa a execução, enquanto que no segundo, arrependimento eficaz, o autor cessa a execução e adota uma providência para impedir a ocorrência de um resultado, nesse caso, além da interrupção, o agente faz algo, ou seja, adota uma atitude, por exemplo: para matar alguém fornece o veneno que a vítima ingere sem ter o conhecimento disso, logo após, devido ao meu arrependimento, forneço o antídoto ou levo a vítima para o Pronto Socorro, nestes casos, não há a tentativa e o agente responde somente pelos atos já praticados.

7) Assinale a incorreta

- a) nos crimes cometidos em violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, o pena será reduzida de um a dois terços.
- b) não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- c) diz se o crime doloso, quando o agente quis o resultado.
- d) diz se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

RESPOSTA: C. Está incorreta pois de acordo com o artigo 18, I, do Código Penal, a lei considera um crime como doloso, quando o agente quer diretamente, do início ao fim de sua conduta, o resultado criminoso ou, ainda, quando, inicialmente não deseja cometer o crime, mas, ao invés de alterar o seu comportamento ou atitude, continuando com o ato original, assumindo o risco de produção do resultado criminoso, por exemplo: desejando chegar mais cedo em casa, aumento a velocidade de meu automóvel e começo a não respeitar os sinais vermelhos dos faróis, a minha intenção é chegar mais cedo em casa e, ao invés de diminuir a velocidade e parar nos sinais vermelhos, continuo com a minha conduta, assumindo o risco de produzir um acidente.

A alternativa A trata do instituto do ARREPENDIMENTO POSTERIOR, que é aplicado aos crimes dolosos sem violência ou grave ameaça, se o agente reparar o dano ou devolver o objeto do crime, até o momento que o juiz recebe a denúncia ou queixa (acusação formal do crime feita pelo Promotor de Justiça ou do particular ofendido), nesse caso a pena é diminuída de um terço até dois terços.

A alternativa B fala do CRIME IMPOSSÍVEL, que ocorre quando por ABSOLUTA ineficácia do meio de execução do crime ou por ABSOLUTA impropriedade do objeto material do crime (onde recai o crime), é impossível consumar o crime, não sendo punível a tentativa. Exemplo: matar alguém utilizando-se de pistola de água, deferir facadas, visando provocar a morte de alguém na pessoa que está deitada na cama e, após verificar que tal pessoa já estava morta. Não se pode matar o morto !

8) De acordo com o texto do Código Penal, no tocante às excludente de ilicitude, nos termos do artigo 23. Não há crime quando o agente pratica o fato em:

- a) exercício irregular do direito
- b) estado de perigo
- c) estrito cumprimento do dever moral
- d) estado de necessidade

RESPOSTA: D, pois está em acordo com o artigo 23, I, do Código Penal. As demais são falsas pois o exercício IRREGULAR do direito não exclui, mas sim, o exercício regular. Não existe estado de perigo, mas sim, estado de necessidade. O estrito cumprimento do dever moral não é causa de exclusão, mas sim, o estrito cumprimento do dever LEGAL.

9) Sobre o estado de necessidade, nos termos do artigo 24 do Código Penal , aponte a assertiva incorreta:

- a) é considerado quando o agente pratica um fato para salvar de perigo atual.
- b) o perigo pode ter sido causado por vontade do agente.
- c) direito próprio ou alheio pode ser salvo pelo estado de necessidade
- d) não pode alegar estado de necessidade quem tem o dever legal de enfrentar o perigo.

RESPOSTA: B. Pois de acordo com o artigo 24, o perigo não pode ter sido provocado pelo agente. O estado de necessidade acontece quando há dois direitos lícitos em jogo. Mas, um direito precisa ser sacrificado para que o outro sobreviva. Porém, tais direitos devem ser equivalentes ou, o sacrificado deve ser de menor valor que o direito a ser salvo. Por exemplo: vida x vida. Sacrificar direito de propriedade para salvar o direito à vida.

10) De acordo com o Código Penal a legítima defesa é causa que exclui o crime. Diante do exposto assinale a correta sobre a legítima defesa.

- a) entende-se em legítima defesa quem repele injusta agressão atual ou futura.
- b) entende-se em legítima defesa quem repele justa agressão atual ou iminente.
- c) entende-se em legítima defesa quem repele injusta agressão atual ou iminente, utilizando de meios necessários de forma moderada, a direito próprio ou de terceiros.
- d) entende-se em legítima defesa quem repele injusta agressão atual ou iminente, de qualquer forma e utilizando-se de quaisquer meios.

RESPOSTA: C. A legítima defesa é o ato pelo qual o agente repulsa uma injusta (não esta amparada pela lei) agressão (ato voluntário humano) mediante o uso dos meios necessários (meios que estão à disposição do agente, podendo ser desproporcional à agressão se não houver outro meio disponível) e com uso moderado (aquele uso suficiente para cessar a injusta agressão) .